

Banco rejeita redução da dívida por título

14 ABR 1993

JORNAL DE BRASÍLIA

São Paulo — O presidente mundial do Chase Manhattan Bank, Arthur Ryan, afirmou ontem que aos bancos credores internacionais não interessa reduzir de 60% para 40% a parcela de dívida externa velha por novos títulos do tipo "par bond", como deseja o Brasil. Segundo ele, a base para a renegociação da composição do novo perfil da dívida externa brasileira deve se dar em bases realistas: "O que se pretende é reduzir a dívida de modo a permitir o crescimento do País, mas também defendendo os interesses dos bancos. E esse número não é de 40%".

Ryan acrescentou que o tempo não está esgotado para o Brasil, mas há um "sentido de urgência" em se chegar a um acerto rápido sobre o assunto. Durante a primeira fase do acordo de renegociação entre credores e o Brasil, os bancos aceitaram trocar toda a dívida externa privada, de cerca de US\$ 44 bilhões, por novos papéis, cada um com uma fórmula específica de pagamento. Os bancos optaram por substituir 60% do total devido por papéis ao par, ou seja, sem desconto, fato que desagradou ao governo brasileiro. No momento, bancos e governo brasileiro renegociam essas bases.

"Os bancos não gostam de per-

doar dívidas", afirmou Ryan, que embarca hoje para Caracas depois de uma rápida visita ao Brasil. "Mas, como o propósito da negociação é deixar o passado para trás, fazer um acordo é preciso para a economia brasileira voltar a crescer. E para haver acordo é preciso amadurecimento de propósitos". Ryan lembrou que os demais países que firmaram o acordo final com os bancos credores servem de exemplo para esta sua certeza de que o acordo é fundamental para a volta do crescimento econômico brasileiro. Ele citou os exemplos da China e demais países da América Latina.

Para se chegar a um acordo, disse Ryan, o fundamental não é tanto uma questão de o Brasil conseguir normalizar suas relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), órgão financeiro internacional ao qual o Brasil está em processo de renegociação de metas econômicas. "O FMI facilita e por isso esperamos um resultado positivo", afirmou. "Mas o que vai pesar mesmo na negociação com os bancos será a composição dos bônus. Neste caso, é preciso se chegar a um número de acordo com os fatos concretos: o importante é saber até que ponto o Brasil pode pagar seus compromissos internos e externos".

Renegociação deve ir até dia 24

O Brasil pretende concluir a fase de redistribuição das opções dos bancos credores até o dia 24 de junho. Embora o negociador oficial da dívida externa, Pedro Mallan, garanta que não existe dia marcado para o que chamou de "rebalanceamento das escolhas iniciais dos bancos", ele declarou que o Brasil espera que esse processo se dê em um período menor do que os três meses gastos pela Argentina. Segundo Mallan, o período de redistribuição das opções começou no dia 24 de março, data do telex enviado pelo ministro da Fazenda aos bancos credores.

Para que os bancos mudem de posição — até o momento vêm preferindo o bônus ao par (59,82%)

—, vai ser importante a reunião marcada para segunda-feira, em Nova Iorque, com o Comitê Pleno dos Bancos Credores. Nessa reunião, o Brasil vai sinalizar para os 19 maiores credores a necessidade de uma melhor distribuição entre o bônus ao par (que não prevê qualquer desconto no valor da dívida) e o bônus com desconto de 35% no valor da dívida.

Mallan explicou que essa mudança não é inteiramente voluntária. "Nenhum grande credor do Brasil pode imaginar que vai chegar ao final do rebalanceamento com 100%, 90% ou 80% da dívida pelo bônus ao par". Para ele, não há nada de novo na redistribuição das opções iniciais dos bancos, que já estavam previstas no acordo de renegociação da dívida. "Estamos simplesmente implementando o acordo tal como foi negociado".